

LEITURA E ESCRITA NA INTERFACE COM O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE EM PRODUÇÕES *STRICTO SENSU*

READING AND WRITING IN THE INTERFACE WITH TEACHING THE PORTUGUESE LANGUAGE: ANALYSIS IN *STRICTO SENSU* PRODUCTIONS

Ozinete Carvalho Veiga Lima*

Vera Lúcia Reis da Silva**

RESUMO: A pesquisa objetivou analisar produções de programas *stricto sensu* sobre leitura e escrita na Base de Dados de Teses e Dissertações no período de 2010 a 2020. A pesquisa se caracteriza de abordagem qualitativa, e foi em busca de resposta para o problema: O que as pesquisas nos programas de mestrado e doutorado evidenciam sobre leitura e escrita? A busca se deu por meio dos descritores: prática de leitura; escrita acadêmica; profissional de Letras. O estudo se fundamenta na revisão de literatura base estruturante para a produção do estado do conhecimento. A análise revelou a recorrência sobre a estrutura da vida escolar pela falta do hábito ou de habilidades com a leitura; necessidade de investir na formação de leitores e na preparação adequada para ingresso no Ensino superior; conflito com a diversidade de textos e dificuldades na escrita; desfavorecimento dos alunos em detrimento ao contexto regional. Diante do evidenciado, espera-se que novos estudos sobre a temática sejam realizados com outros vieses e objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; Escrita; Língua Portuguesa.

ABSTRACT: The research aimed to analyze productions of *stricto sensu* programs on reading and writing in the Database of Theses and Dissertations in the period from

* Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Humanidades – PPGECH/UFAM. Graduada em Licenciatura em Letras: Língua e Literatura Portuguesa e Inglesa pela Universidade Federal do Amazonas (2013). E-mail: ozineteveiga12@gmail.com.

** Doutora em Educação pela Universidade Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (2015). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (2010) Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (1995). Professora da Graduação e do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Humanidades – PPGECH/UFAM. E-mail: verareis@ufam.edu.br.

2010 to 2020. The research is characterized by a qualitative approach, and was sought to answer to the following question: What does research in master's and doctoral programs evidence on reading and writing? The search was carried out through the descriptors: reading practice; academic writing; Languages professional. The study is based on a literature review as a structuring base for the production of the state of knowledge. The analysis revealed the recurrence on the structure of school life due to the lack of habit or skills with reading; the need to invest in the training of readers and adequate preparation to get into higher education; the conflict with the diversity of texts and difficulties in writing; the disadvantage of students to the detriment of the regional context. Given the evidenced results, it is expected that new studies on the subject will be carried out with other biases and objectives.

KEYWORDS: Reading; Writing; Portuguese Language.

INTRODUÇÃO

Este artigo refere-se a uma pesquisa de mestrado em andamento que, inicialmente, recorreu-se à busca de pesquisas já realizadas com o objetivo de analisar produções de programas *stricto sensu* sobre leitura e escrita, buscando na Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) trabalhos publicados no período de 2010 a 2020.

A busca por essas produções foi na perspectiva de produzir o Estado do Conhecimento sobre a temática em questão e, dessa forma, também, ampliar possibilidades de aproximações de estudos que pudessem contribuir com a pesquisa em curso em relação aos aspectos teóricos e metodológicos.

Considera-se essa busca como um aspecto importante em que, concomitantemente, se faz a revisão de literatura no sentido de contribuir com a fundamentação de uma pesquisa e, por conseguinte, o levantamento do que já foi realizado por outros pesquisadores sobre a temática que se pretende aprofundar. A revisão de literatura é um passo que vai ao encontro do que se tem produzido com possibilidades de se percorrer por caminhos já trilhados, com olhares atentos aos pormenores observados.

Partindo desse pressuposto, levantou-se a seguinte problemática: o que as pesquisas nos programas de mestrado e doutorado evidenciam sobre leitura e escrita? Na perspectiva de análise dos trabalhos na BDTD a contribuição para a ampliação de conhecimentos sobre a temática foi significativa e, desta forma, deu abertura para a produção deste artigo que se caracteriza como Estado do Conhecimento conforme o objetivo proposto para essa busca.

Diante do contexto escolar e acadêmico, considera-se que o professor de Língua Portuguesa tem um papel fundamental como profissional na formação linguística e cultural dos alunos. Sua função não é apenas ensinar, mas despertar interesse pelos distintos aspectos

da cultura materna. Ele também é um guia para a formação de leitores e construção da escrita e da comunicação, habilidades essenciais para o êxito acadêmico e/ou profissional.

Por esta razão, considera-se que a pesquisa científica é um terreno propício para a produção de novos conhecimentos. Por isso, explorar a prática de leitura e escrita no contexto da formação de professores é considerar a importância dos que estão ou estarão diretamente envolvidos na tarefa de formar leitores. Portanto, trazer a temática como foco do estudo é uma forma de pôr em relevo o valor que a leitura e escrita tem na construção da vida escolar ou acadêmica dos que buscam formação em qualquer área do conhecimento. Por certo, tem-se que a leitura e a escrita constituem uma questão recorrente nas pautas de discussão, principalmente, quando se trata de formação de professores.

O trabalho está estruturado com um breve contexto no ensino da Língua Portuguesa, com ênfase em aspectos legais que referenciavam as primeiras práticas de leitura e escrita. Em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos, finalizando com uma síntese dos resultados das produções extraídas dos trabalhos analisados.

CONTEXTUALIZANDO O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A leitura e a escrita são elementos indispensáveis em qualquer nível ou modalidade de ensino. No entanto, é na disciplina de Língua Portuguesa que estes elementos são mais exigidos. Esta disciplina assume a responsabilidade crucial de preparar o aluno para dominar a língua materna, sendo um princípio fundamental para o acesso a outras áreas do conhecimento.

A discussão sobre os problemas enfrentados em sala de aula em relação a leitura e escrita é contínua, não apenas na Educação Básica, mas também na Educação Superior. Isso faz com que seja um tema inesgotável mesmo com o passar dos anos, demandando respostas para questões como: por que tantos alunos têm aversão à leitura e escrita? O que fazer para que alunos criem o hábito de leitura? Como formar leitores habilidosos? Eis algumas inquietações que, certamente, requerem mais estudos e investimentos nessa área formativa, uma vez que a educação, em um passado recente, não priorizava a formação de leitores, mas sim atendia às necessidades cotidianas imediatas, principalmente, aos interesses da economia e da política.

A educação no Brasil de forma sistematizada teve seu início no período colonial com os jesuítas com a intenção de catequisar e escolarizar os nativos. Para Saviani (2013), os jesuítas formaram uma elite colonial brasileira, haja vista que o ensino da doutrina cristã se direcionava aos indígenas. O ensino da leitura, da escrita, o “saber contar” era para privilegiados, os colonos. Nesse contexto, pode-se dizer que não havia formação para professores, pois apenas os jesuítas tinham o domínio do conhecimento da leitura e escrita aprovados pela Igreja Católica.

Diante do exposto, percebe-se a importância de fazer um recorte do contexto histórico do processo educacional. Nesse cenário o ensino não tinha o objetivo de desenvolvimento

intelectual dos brasileiros, pelo contrário, seu propósito era servir aos interesses da igreja e da Coroa, focando na civilização dos sujeitos para atender objetivos específicos. Havia um paralelo em que a educação em si era “o processo de formação dos indivíduos para o convívio social, [...] definida como fundamental para a determinação da ordem e das hierarquias sociais, para a manutenção dos bons costumes e para a observância dos preceitos religiosos” (Fonseca, 2019, p. 24). E a instrução era a parte de exercício do “processo de aprendizado de conhecimentos práticos que dariam maior sentido à utilidade social dos indivíduos” (Ibidem, 2019, p. 24).

A divisão da educação era evidente: os filhos de portugueses e outros descendentes europeus tinham um atendimento diferenciado; além do ensino religioso, mais disciplinas voltadas às letras eram ofertadas. Eram assuntos mais aprofundados do que nas disciplinas dadas aos povos indígenas.

O sistema de ensino implantado pelos jesuítas perdurou de 1549 a 1759. Com a chegada de Marquês de Pombal, esses religiosos foram expulsos, marcando o início de um novo sistema de ensino no Brasil. Um período em que surge o movimento iluminista na Europa com suas transformações na área da política, econômica e social, colocando em dúvida os ensinamentos da igreja, pondo a razão para o alcance do conhecimento, o que enfraqueceu a relação de consonância que havia entre a igreja e a Coroa Portuguesa.

Com as reformas pombalinas em 1772, foi implantado o novo ensino, utilizando as aulas régias que, segundo Vieira (2017, p. 80, grifo do autor):

Consistia em ensinar vários alunos dispostos num mesmo lugar ao mesmo tempo. Porém, ensinava-os a ler, escrever e contar separadamente. O professor chamava cada aluno individualmente, e ensinava-lhe a “lição” a qual deveria ser repetida posteriormente por este no seu lugar originário enquanto o professor atendia mais outro aluno.

O ensino das primeiras letras não teve o êxito esperado. Houve uma desordem que prejudicou o financiamento para manutenção da educação, sabendo que, parte da responsabilidade agora seria do Estado. De acordo com Seco e Amaral (2006, p. 6) “[...] tais reformas significaram um retrocesso na educação escolar com o desmantelamento completo da educação brasileira oferecida pelo antigo sistema de educação jesuítica, melhor estruturado do que as aulas régias puderam oferecer”.

Diante disso a educação não atendia a necessidade de todos, e até meados do século XIX, as escolas brasileiras não disponibilizavam de livros suficientes para acompanhar o ensino. Na prática de leitura, utilizava-se durante as aulas documentos de cartório, código criminal e a Bíblia. Era indicado também a leitura da Lei Geral do período imperial e História do Brasil como se observa no Art. 6º da Lei de 15 de outubro de 1827:

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Além de escassez de livros, o ensino também não era para todos. Segundo Ribeiro (2000), as mulheres não tinham acesso para ler e escrever, quer fosse branca, negra, escrava, indígenas, ricas ou pobres. Um período em que a alfabetização não era uma preocupação até que a reforma da lei eleitoral de 1882 (Lei Saraiva) proíbe o voto dos analfabetos, surgindo assim a preocupação para questões políticas.

O ensino da Língua Portuguesa passou a ser incluído no currículo. A gramática e a literatura se tornam necessárias para o processo sociocultural e político após a independência do Brasil em 1822, incluídas também no currículo do ensino secundário onde livros didáticos foram base para o surgimento da disciplina de Língua Portuguesa. Para Razzini (2010), o que se destacava nessa disciplina era a expressão oral e do pensamento no aspecto da estética da língua, em que as literaturas eram selecionadas de autores portugueses.

Essa situação perdurou por muito tempo no país, configurando-se em um constructo sócio-histórico e cultural, que impediu uma herança mais letrada. A organização da gramática nacional, assim como dos livros, era submissa à gramática latina.

O ensino brasileiro passou por muitas transformações: em alguns momentos o foco era na oratória de literaturas e, em outros, na gramática. No entanto, em nenhum desses momentos, o intuito era promover no indivíduo uma compreensão mais profunda de sua realidade ou valorização do seu contexto social, cultural, político e econômico. Mesmo com os avanços na área da educação em relação à leitura, o Brasil ainda permanece em baixa colocação de destaque mundial. Isso se configura em desvantagem para a construção de um contexto sócio-histórico mais promissor.

Conforme o relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) de 2018, no Brasil foi registrado a média de proficiência de leitura de 413 pontos dos estudantes brasileiros, enquanto a média dos estudantes de outros dezesseis países foi de 487 pontos. A diferença de 74 pontos do Brasil em relação aos demais países significa dizer que os estudantes brasileiros estão em condição desprivilegiada em relação aos outros quando o assunto é leitura.

Diante desse contexto, as práticas de leitura e escrita precisam ser exercitadas desde a tenra idade, pois são ferramentas que contribuem para o desenvolvimento do intelecto, crescimento cognitivo, na construção linguística, nas habilidades didáticas, no processo de aprender e ensinar e na capacidade de influenciar na vida social. Por isso, o investimento tanto na vida dos alunos quanto na vida dos professores é uma possibilidade de se construir uma sociedade leitora.

A leitura é o ponto inicial de compreensão de mundo, abre caminhos para a aprendizagem e desenvolvimento da escrita, indo na contramão dos que pensam que esta é uma habilidade ou aptidão exclusiva de alguns. Por certo, é um processo trabalhoso, pois o ato de escrever requer tempo, disposição e, principalmente, o exercício contínuo de leitura. Não basta ter o conhecimento gramatical sem que antes haja uma compreensão do que quer produzir ou escrever. [...] “a escrita é uma arma poderosa, senão por outra razão, porque seu destino é a leitura. A escrita documenta. Comunica. Organiza. Eterniza. Subverte. Faz pensar. A nós mesmos e aos leitores. Mas é um ato difícil. Muito mais difícil que a leitura” (Prado; Soligo, 2005, p. 35).

A leitura e a escrita contribuem para a construção de uma pessoa letrada e, mais do que isso, contribuem para a construção da cidadania. Abre caminho para reflexões sobre o contexto social e cultural, além de outros aspectos na condição de um cidadão com ampla visão de mundo.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza de revisão de literatura realizada em trabalhos identificados no repositório na BDTD no período de 2010 a 2020, o que possibilitou a construção do Estado do Conhecimento em que foram mapeados trabalhos acadêmicos já realizados sobre a temática leitura e escrita. Segundo Alves-Mazzotti (2002), a revisão bibliográfica ou de literatura tem o propósito de construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a produção de referencial teórico da pesquisa.

Diante do exposto, a revisão de literatura se mostra importante para a construção e produção do Estado do Conhecimento, no sentido de melhor compreensão sobre o que se pesquisa, como se pesquisa e de outros pormenores que possam direcionar novos estudos sobre temáticas semelhantes.

Para Menezes e Silva (2021, p. 42):

[...] o Estado do Conhecimento é uma busca em que a revisão de literatura está presente, configurando-se dentro do campo científico como uma atividade fundamental, uma vez que fornece ao pesquisador, em especial ao iniciante, subsídios teórico-metodológicos sobre o tema a qual se debruça, estuda e pesquisa. Vale lembrar que o Estado do Conhecimento para uma pesquisa em andamento é imprescindível, porque ajuda na compreensão do pensamento e direcionamento do tema para novos estudos. Em outras palavras, é relevante que o pesquisador diante de um quadro amplo de informações se organize de maneira sistemática, para que consiga analisar de forma estruturada o material localizado.

Diante da importância de uma pesquisa de caráter bibliográfico, alguns autores a denominam de Estado do Conhecimento e outros de Estado da Arte. Para Romanowski e Ens (2006), os dois termos se referem a busca bibliográfica ou mapeamento de produção acadêmica para responder a uma temática em certa área do conhecimento e em um período que possibilita verificar registros publicados que possam dar base para o assunto em discussão.

A diferença que se pode identificar entre os dois termos é que Estado do Conhecimento se restringe a um assunto mais específico ou localizado apenas em um setor de publicação, enquanto para Estado da Arte o assunto deve ser investigado de forma mais abrangente, um estudo mais aprofundado e prolongado que requer a busca em vários setores de publicações. Entretanto, aos dois termos não se isenta que se faça uma pesquisa categorizada e sistematizada que forneça análise de dados para continuidade do estudo em questão, envolvendo a revisão de literatura.

Considera-se que a revisão de literatura, em estudos já realizados, auxilia na identificação de pressupostos teórico-metodológicos e evidenciam achados que podem indicar lacunas ou outros aspectos a serem pesquisados sobre determinado tema, além de contribuir para produções do tipo Estado do Conhecimento por quem está envolvido na seara da pesquisa (Laranjeira; Silva, 2023, p. 3).

A partir dessa compreensão, o Estado do Conhecimento envida esforços para análise de estudos já realizados para ampliação de conhecimento sobre o que já foi publicado por outros pesquisadores. Sendo assim, o Estado do Conhecimento é uma fonte de produção que, segundo Morosini e Fernandes (2014, p. 158), dá uma “visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver. É, portanto, um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida”. Entende-se, então, que é uma pesquisa em produções científicas já realizadas em certo período proporcionando assim, uma reflexão crítica a partir das análises dos dados encontrados.

De acordo com o pensamento de Morosini e Fernandes (2014, p.155), as produções permitem “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.”

Portanto, para este trabalho a busca no repositório da BDTD foi por meio dos descritores: prática de leitura, escrita acadêmica e profissional de Letras. Para a seleção foi feita a “leitura flutuante”, dos títulos e resumos dos artigos. Segundo Bardin (2020), é uma forma de leitura superficial que possibilita estabelecer o contato com os documentos a serem analisados.

Foram identificados 47 (quarenta e sete) trabalhos e pelos critérios de exclusão foram dispensados os trabalhos repetidos e todos os demais que não faziam referência ao ensino da Língua Portuguesa, restando 08 (oito) trabalhos que foram identificados, sendo: 03 (três)

trabalhos sobre Leitura e escrita universitária; 02 (dois) trabalhos sobre Identidade docente; e 03 (três) trabalhos sobre Formação de professor de Língua Portuguesa.

Os trabalhos que foram selecionados para serem analisados estão identificados no Quadro 1.

Quadro 1 - Identificação dos trabalhos selecionados

Nº de ordem da plataforma	Autores	Inclusão pelos Títulos	Tipo de Pesquisa	Ano de publicação
01	Maria do Socorro Gomes Macedo	Leitura e formação docente: contribuições da prática de leitura para a formação do profissional de Letras.	Dissertação	2015
02	Shirlene Ferreira da Silva	Leitura e Escrita: Práticas Significativas para a vida.	Dissertação	2015
03	Joyce Almagro Squinello Frota	Letramentos Acadêmicos e o processo de representação de graduandos em Letras na contemporaneidade	Dissertação	2014
04	Daniela de Faria Prado	Representações de Escrita Acadêmica na (Trans)Formação de Professores de um Curso de Letras.	Tese	2018
06	Roberta Gleyciângela Souza Lopes	Mudanças no letramento acadêmico de cursistas do PROFLETRAS: questões de linguagem e identidade.	Dissertação	2016
09	Rosane Catarina Dalenogare	Os caminhos da leitura e da escrita: efeitos da escola básica no discurso de alunos na universidade.	Tese	2019
31	Fabíola Silva de Oliveira Vilas Boas	A constituição do professor leitor: histórias de leitura na formação inicial de professores de Língua Portuguesa.	Tese	2017
43	Mara Lúcia Castilho	O discurso de estudantes de licenciatura e negociação de identidades: uma abordagem crítico-discursiva	Tese	2013

Fonte: Dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2022.

Os trabalhos identificados no quadro acima seguem a ordem numérica após os critérios de exclusão. Os números ausentes referem-se aos que não corresponderam aos critérios de inclusão.

No período de 2010-2020, as publicações foram 04 (quatro) Teses e 04 (quatro) Dissertações. A palavra *Leitura* aparece em 04 (quatro) títulos de trabalho e duas vezes nas

palavras-chave. A palavra *Letramento* aparece em 02 (dois) títulos e quatro vezes nas palavras-chave, expressando a importância da prática da leitura no processo de formação.

Os dados mostram a relevância da prática de leitura e escrita na trajetória formativa de futuros professores, em especial de Língua Portuguesa, em que legalmente lhes é atribuída a responsabilidade com a prática social e seus letramentos.

Como aponta Soares (2014, p.1), o letramento é:

[...] o desenvolvimento das habilidades que possibilitam ler e escrever de forma adequada e eficiente, nas diversas situações pessoais, sociais e escolares em que precisamos ou queremos ler ou escrever diferentes gêneros e tipos de textos, em diferentes suportes, para diferentes objetivos, em interação com diferentes interlocutores, para diferentes funções.

Sobre essa perspectiva e relevância das palavras, percebe-se que as práticas de leitura e escrita são vistas como letramento acadêmico. É a visão de que os professores de Língua Portuguesa têm se apropriado para tratar dos saberes docente, das práticas que o professor deve ter com a diversidade de gêneros textuais e discursivos no ambiente universitário e social.

Pode-se considerar, segundo Fischer (2008, p. 181) que:

Muitos dos eventos de letramento presentes no meio acadêmico são recorrentes de outros contextos sociais, sejam em atividades orais ou escritas. Logo, não dá para negar que o ensino superior, incluindo professores e alunos, tem o compromisso de destinar esforços a atividades cujas habilidades estejam subjacentes ao letramento acadêmico.

Com isso, é importante destacar o papel dos professores em contribuir com a construção de conhecimentos que conduzam à compreensão e análise crítica de textos diversos e, por sua vez, os alunos podem envidar esforços para desenvolverem habilidades ao que se refere ao ato de ler e escrever.

Quanto à abordagem que os trabalhos apresentam, são todos de cunho qualitativo. O tipo de estudo apresentado foi identificado como sendo: interpretativista; etnográfica; dialógica; linguística aplicada; documental; etnopesquisa-formação; dialético-relacional.

Para a coleta de dados, os instrumentos foram: memorial descritivo; relato escrito; entrevista narrativa; diário de pesquisa; diário de participante; entrevista semiestruturada; questionário; grupo focal, dentre outras. Vale ressaltar que alguns trabalhos se utilizaram de mais de uma técnica para coletar os dados de suas pesquisas.

Em relação aos aspectos metodológicos foram identificados: abordagem, tipos de estudo, análise de dados e técnicas de coleta de dados.

Quadro 2 - Aspectos metodológicos apresentados nas produções

Nº Ordem	Tese/ Dissertação	Abordagem	Tipos de Estudo	Análise de dados	Técnicas de Coleta de Dados
01	Dissertação	Qualitativa	Interpretativista	Triangulação	Memorial descritivo, Entrevista semiestruturada Diário de pesquisa
02	Dissertação	Qualitativa	Etnográfica	Intervenção	Questionário
03	Dissertação	Qualitativa	Dialógico	Paradigma Indiciário	Produção Textual
04	Tese	Qualitativa	Linguística e Linguística aplicada	Análise do discurso e Triangulação	Questionário; Relatório de estágio; Diário de bordo; Grupo focal
06	Dissertação	Qualitativa	Etnográfica	Triangulação	Observação; Entrevista semiestruturada; Diário de participante
09	Tese	Qualitativa	Documental	Teoria da Enunciação	Questionários; Documentos
31	Tese	Qualitativa	Etnopesquisa- formação	Análise de Discurso e (Auto)Biográfica	Entrevista Narrativa
43	Tese	Qualitativa	Dialético- relacional	Análise de Discurso Crítico e Triangulação	Relato Escrito Entrevista Semiestruturada Grupo Focal

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

ANÁLISES E RESULTADOS

A partir das análises, apresenta-se os resultados evidenciados nos trabalhos que estão arrolados pela ordem de semelhanças das temáticas. A dissertação “Leitura e formação docente: contribuições da prática de leitura para a formação do profissional de Letras”, da autora Maria do Socorro Gomes Macedo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, de São Leopoldo/RS, investigou a concepção de leitura por meio de narrativas, as experiências de letramento e de prática de leitura pessoal com graduandos. Nos resultados apresentados, os estudantes têm a concepção de leitura ao lembrar, no período da infância, da figura da mãe como professora, como mediadora do contato com livros. No período do Ensino Fundamental e Médio, não há

lembranças de incentivo à leitura por parte dos professores. Já no Ensino Superior é resgatado o professor como mediador fundamental na prática de leitura, principalmente os de Literatura.

Nessa perspectiva, é necessário pensar na formação de leitores, aproveitando as oportunidades, principalmente, na infância, etapa em que comumente acontece os primeiros contatos com a leitura, até se tornar um hábito. Para Barbosa (2004, p. 17), “se os leitores iniciantes pudessem contar com o auxílio de uma pessoa que conhecesse a leitura como um processo a ser construído, com certeza esta se desenvolveria naturalmente”. Essa função de ajudar na prática de leitura está nas mãos do professor. Em sala de aula ele é o mediador para desenvolver uma rotina que faça sentido desde muito cedo na vida do aluno.

A dissertação intitulada “Leitura e escrita: práticas significativas para a vida”, da autora Shirlene Ferreira da Silva, da Universidade Federal da Bahia, apresentou no primeiro momento experiências da pesquisadora desde a pré-escola até a formação acadêmica. Posteriormente, apresenta o delineamento da pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, realizada em uma escola municipal, localizada na periferia de Salvador, com alunos do 5º ano. O objetivo foi verificar as implicações na construção de uma identidade profissional como professora de Língua Portuguesa e propor uma nova prática de ensino, que foi adquirida durante seu mestrado, trazendo os experimentos passados com relação à leitura e escrita e modificando o seu presente por meios dessas vivências. A autora apresenta os resultados por meio de atividades em roda de conversa e estudo do gênero memórias, que permitiu identificar e valorizar o conhecimento de mundo dos alunos. A escrita e reflexões das práticas sociais no processo de aprendizagem desses alunos ampliou o conhecimento sobre sua identidade, sua história em sua comunidade local, como agentes no processo de aprendizagem da Língua Portuguesa e seu letramento de forma significativa.

A prática de leitura no contexto escolar pode inspirar ou provocar aversão ao ato de ler. Por isso, conhecer os alunos e sua realidade permite trazer um ambiente de leitura favorável e relevante, com ideias e estímulos que despertem no aluno o desejo do conhecimento.

Diante da importância do exercício da leitura, Moura e Martins (2012, p. 87) reconhecem que a leitura é:

[...] essencial para o indivíduo construir seu próprio conhecimento e exercer seu papel social no contexto da cidadania, pois a capacidade leitora amplia o entendimento de mundo, propicia o acesso à informação, facilita a autonomia, estimula a fantasia e a imaginação e permite a reflexão crítica, o debate e a troca de ideias.

Esse potencial possibilitado pela leitura se configura à medida que o indivíduo toma para si e assimila o valor do conhecimento em sua vida com a consciência do exercício de sua cidadania. Sobre isso, Silva (2003, p. 24) afirma que:

Nunca é demais lembrar que a prática da leitura é um princípio de cidadania, ou seja, leitor cidadão, pelas diferentes práticas de leitura, pode ficar sabendo quais são as suas obrigações e também pode defender os seus direitos, além de ficar aberto às conquistas de outros direitos necessários para uma sociedade justa, democrática e feliz.

A dinâmica e o apreço pela leitura se fortalecem por meio da interação, observação e mediação do professor. Este profissional é responsável por proporcionar, no ambiente escolar, o contato com a leitura significativa ao longo do percurso da vida escolar e acadêmica.

A tese de Rosane Catarina Santos Dalenogare, intitulada “Os caminhos da leitura e da escrita: efeitos da escola básica no discurso de alunos na universidade” de Porto Alegre/RS, analisou as concepções de leitura e escrita dos universitários em relação aos documentos que dialogam com as práticas pedagógicas da Escola Básica e do Ensino Superior por meio de questionário e justificativas. Foram 16 (dezesesseis) participantes de cursos de diferentes áreas. As análises foram à luz da teoria da Enunciação de Émile Benveniste. E, como resultado, confirmou-se a hipótese de que os acadêmicos carregam as concepções de leitura e escrita a partir das experiências construídas ao longo da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio).

Diante deste dado, pode-se dizer que os estudantes trazem na bagagem experiências positivas ou negativas em relação à leitura, sendo tudo uma questão de como foram estimulados ou como o tema foi abordado em suas trajetórias educacionais.

Na Dissertação de Joyce Almagro Squinello Frota, com o título “Letramentos Acadêmicos e o processo de representação dos graduandos em Letras na contemporaneidade”, de São José do Rio Preto/SP, foram analisadas produções de graduandos do curso de Licenciatura em Letras, de uma universidade pública, com o propósito de verificar as concepções dos estudantes em relação a novas práticas de leitura e escrita como futuros professores e representantes sociais. A produção foi realizada por meio da rede social *Facebook* com 53 participantes universitários.

O trabalho suscita o questionamento sobre a discrepância entre as expectativas da instituição em relação à produção textual escrita e as respostas dos universitários a essas expectativas, explorando a integração dessa produção textual com novas tecnologias.

Nesse cenário, os acadêmicos se deparam com os impactos em sua formação inicial. Os resultados obtidos apontam que há um conflito entre o que a instituição acadêmica oferece e o que os alunos necessitam em sala de aula. Essa dinâmica reflete a observação de Street (2010), que destaca a solicitação da produção textual aos acadêmicos, sem explicitar como produzir de acordo com as expectativas da instituição.

Isso evidencia que a produção de textos na universidade provém das exigências acadêmicas e científicas, exigências que se desvinculam da prática social ou da vivência dos estudantes. Por isso, a dificuldade que estudantes demonstram em produzir textos, por ser

algo fora de suas realidades sociais e contexto cultural, incluindo o letramento que carregam, não é considerado. Já que que a própria instituição tem seu letramento dominante, seus parâmetros de escrita e avaliação.

A tese de Daniela de Faria Prado intitulada “Representações de Escrita Acadêmica na (Trans)Formação de Professores de um Curso de Letras”, de Belo Horizonte/MG, buscou investigar e compreender as representações de escrita acadêmica e os impactos na construção identitária do futuro profissional de Letras. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, com base na Linguística e Linguística Aplicada, tendo como análise de dados a Análise de Discurso e a Triangulação.

A autora, que contribuiu também como sujeito participante da pesquisa, usou seu relatório de estágio e entrevista com o grupo focal. Em sua análise, faz ponderações sobre a necessidade de considerar o processo da escrita, não se limitando apenas ao texto produzido pelos estudantes. Essa observação revela o conflito que os estudantes enfrentam em relação ao letramento acadêmico, que difere das práticas de leitura e escrita utilizadas antes de ingressarem na universidade.

A tese “A constituição do professor leitor: histórias de leitura na formação inicial de professores de Língua Portuguesa”, de Fabíola Silva de Oliveira Vilas Boas, pela Universidade Federal da Bahia, analisa as narrativas de histórias e experiências de leituras de futuros professores de Língua Portuguesa. A pesquisa procurou compreender como o processo de formação do professor leitor se constitui em suas trajetórias de leitura pessoal e acadêmica. A pesquisa de abordagem qualitativa, com a coleta de dados por meio de Entrevista Narrativa, utilizou a técnica de grupo de discussão e carta pedagógica. A análise foi baseada no método da Análise do Discurso.

Por meio das discussões e narrativas, foram identificados alguns desencontros entre a proposta de leitura e a execução das atividades. Isso deve ao fato de que a maioria dos textos era de natureza científica, e nem todos proporcionavam espaço para discussão. Em outras palavras, havia uma variedade de leituras, mas nem todas apresentam clareza quanto ao propósito de serem lidas. A autora conclui que há necessidade de um olhar singular às práticas de leitura dos professores em formação inicial e ampliar essas práticas para a formação do professor enquanto leitor.

Sobre esses trabalhos, que retratam a formação do professor de Língua Portuguesa, há pontos importantes a se discutir no contexto de leitura e escrita na formação inicial. Observa-se que, no Ensino Superior, há uma demanda significativa de leituras para cumprimento das disciplinas. Nesse cenário, alguns graduandos expressam preocupações em relação ao tempo disponível, afirmando que não conseguem concluir toda leitura de um livro, escolhendo ler apenas capítulos ou trechos exigidos nas disciplinas ao longo do curso. Esses estudantes argumentam que há pouco tempo para se dedicar a todas as leituras extras e sugeridas pelos professores. Nesse processo, os estudantes percebem a falta de leituras em suas experiências

acadêmicas. O que não conseguiram realizar ao longo da vida escolar precisa agora ser abordado, exigindo a busca por tempo e disposição para reverter a realidade atual.

Pesquisas realizadas evidenciam a falta de tempo na percepção de professores em relação aos problemas de aprendizado. Isso se deve, de acordo com Pimenta e Anastasiou (2010, p. 230), a fatores referentes à escolaridade anterior: “[...] nível de conhecimento ou pré-requisitos insuficientes para acompanhar a graduação; dificuldade na interpretação, redação e leitura; dificuldade de raciocínio [...]; alta heterogeneidade [...] e diversidade de maturidade geral”.

Esses aspectos, de alguma forma, implicam na formação inicial do futuro professor, em especial, o de Língua Portuguesa, pois a leitura e escrita são ferramentas necessárias para a profissão durante o exercício da docência. Por isso a necessidade de formar professores que não apenas obriguem, mas criem possibilidades de incentivo à leitura, promovendo um aprendizado relevante para a vida dos estudantes, formando indivíduos críticos que também formam outros nessa trajetória contínua.

A dissertação de Roberta Gleyciângela Souza Lopes, com o título “Mudanças no letramento acadêmico de cursistas do ProfLetras: questões de linguagem e identidade”, da Universidade Federal do Ceará, se propôs conhecer os letramentos que foram se constituindo dentro da nova realidade de um mestrado profissional em Letras e as identidades de professores que foram se reconfigurando nesse contexto. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa com pesquisa de cunho etnográfico-discursiva.

A autora realizou a pesquisa durante um período em que não havia trabalhos acadêmicos sobre o programa ainda então recente. O Mestrado Profissional ProfLetras é uma formação continuada de professores de Língua Portuguesa para inovação em sala de aula. É um programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação. O objetivo é capacitar professores de Língua Portuguesa para o exercício da docência no Ensino Fundamental.

Os resultados alcançados na pesquisa mostram a relação do tempo de graduação e o curso ProfLetras. Nessa comparação, a autora destaca a identidade acadêmica e identidade profissional. Nas respostas relacionadas à identidade acadêmica, os cursistas respondem que há uma insuficiência, um distanciamento entre teoria e prática. A graduação não supre as necessidades reais da sala de aula. Até mesmo o estágio é considerado de pouco tempo para experiência. O professor acaba por buscar conhecimentos extras que auxiliem no ensino. E quanto a identidade profissional, há um aproveitamento insuficiente de saberes. Os cursistas reclamam que a graduação não cria uma identidade profissional. É no exercício da docência que se encontram como profissionais.

Em relação à comparação do período de formação com o curso ProfLetras, os cursistas afirmam que este é um resgate de identidade acadêmica ao promover contato de buscas e aprimoramento intelectual, reorganização e produção de textos, elaboração de projetos,

uma parada para reflexão, de troca de experiências, avaliação das práticas de ensino para novas mudanças e um caminhar com mais certeza de identidade profissional.

Ao examinar os diversos pontos positivos enumerados pelos participantes desta pesquisa, torna-se evidente que a formação continuada é desafiadora, constituindo-se como um ponto crucial para aqueles que escolhem ser professores. Embora algumas pessoas possam encarar isso como um sacrifício diante das exigências da profissão, para aqueles que possuem um comprometimento consigo mesmos e com aqueles sob sua responsabilidade, a formação continuada também assume um significado formativo.

A tese “O discurso de estudantes de licenciatura e negociação de identidades: uma abordagem crítico-discursiva”, de Mara Lúcia Castilho, na Universidade de Brasília, analisou o discurso de estudantes de graduação de cursos de licenciaturas no Ensino Superior em que a autora é professora. Com o objetivo de compreender a relação de habilidades de leitura e escrita na construção de suas identidades no percurso acadêmico, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, com Análise de Discurso Crítico, usando entrevista semiestruturada, relato escrito e grupo focal, e a triangulação para geração dos dados.

Os resultados apontam que o desenvolvimento de habilidade de leitura e escrita durante a formação básica está intrinsecamente ligado às condições sociais. Ou seja, o contexto social de origem dos participantes exerce uma influência marcante, evidenciando desigualdades, especialmente percebidas como crenças atribuídas às regiões Norte e Nordeste em comparação com as demais regiões brasileiras. Por essa razão, os participantes atribuem o processo de construção de identidade ao desempenho e contexto sociocultural, econômico e político.

Nesse juízo de valores, os participantes se apresentam como vítimas da má qualidade do ensino básico, como interferência de identidade ao ingressarem no Ensino Superior. No entanto, ao ingressarem nesse nível educacional, estabelecem uma identidade de poder em relação à realidade social. Segundo a pesquisadora, essa dinâmica de poder está relacionada às práticas de letramento, desempenhando um papel crucial na construção de identidade dos indivíduos que se sentem mais privilegiados em comparação com a realidade anterior.

Dessa maneira, a entrada no Ensino Superior representa um resgate e contribuição para a vida social, cultural e a ascensão para níveis mais promissores buscados por meio desse nível de ensino. Não apenas como portas abertas para a formação inicial, mas também, como oportunidades para a formação continuada, em que as práticas de leitura e escrita contribuam para a construção da identidade docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises de trabalhos já produzidos trazem importantes contribuições, significativo aprendizado e ampliação de conhecimento sobre as temáticas de estudo em desenvolvimento.

A temática leitura e escrita ainda tem lacunas a preencher no que tange os processos de ensino e de aprendizagem. Principalmente ao se referir sobre formação inicial de professores de Língua Portuguesa e demais áreas do conhecimento.

A leitura e escrita como temas dos trabalhos selecionados na Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) evidenciam o nível de ensino pelos quais os participantes das pesquisas vivenciaram antes do Ensino Superior. Nas análises dos autores dos trabalhos pesquisados, nota-se uma recorrência nas falas que destacam a estrutura basilar originada na vida escolar, em que a ausência de hábitos ou habilidades relacionadas à leitura e escrita se fez sentir no Ensino Superior. Esses trabalhos revelam a necessidade de investir na formação de alunos leitores e na preparação adequada para o ingresso em níveis superiores de ensino.

As implicações decorrentes da prática de leitura e escrita na formação de professores são inevitáveis, uma vez que são elementos fundamentais na construção da identidade profissional docente. Os processos de ensino e aprendizagem das práticas de leitura e escrita têm sido uma questão desafiadora, especialmente para os professores de Língua Portuguesa. Isso é evidenciado no contexto universitário, onde a deficiência no domínio da língua materna e, por conseguinte, da escrita, impacta negativamente quando os estudantes chegam ao nível superior.

Os trabalhos analisados evidenciam o conflito dos participantes ao se depararem com a diversidade de textos e falta de habilidade com a escrita, que colocam à prova seus conhecimentos da vida escolar anterior. As análises também mostram que há uma construção de desfavorecimento em detrimento do contexto regional, em que é atribuído baixo aproveitamento no ensino público em destaque para as duas regiões brasileiras já citadas. Diante dessas evidências, não podemos isentar o poder público de suas incumbências para com a educação em todos os níveis de ensino para toda a população brasileira, não permitindo que haja um *apartheid* educacional.

Dessa maneira, faz-se necessário repensar os processos de ensino e de aprendizagem nos quais a leitura e a escrita são aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma vida escolar e acadêmica promissora. Refletir sobre a importância da formação inicial na construção da identidade profissional de professores, que se preparam para educar outros, torna-se crucial em um contexto em que, cresce cada vez mais a demanda por professores que desempenhem sua profissão como função social.

AGRADECIMENTOS:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio ao PPGECH/UFAM.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pelo auxílio com bolsa de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. *In*: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-44.

BARBOSA, D. M. de S. O ensino de Leitura: ampliando a habilidade leitora dos alunos. *In*: ALMEIDA, N.; ZAVAM, A. **A Língua na sala de aula: Questões práticas para um ensino produtivo**. Fortaleza: Perfil Cidadão, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. Edição 70, Lisboa – Portugal, 2020.

CASTILHO, M. L. **O Discurso de estudantes de licenciatura e negociação de identidades: uma abordagem discursiva**. Tese - Universidade de Brasília, 2023. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/14406>. Acesso em: 28 set. 2022.

FONSECA, T. N. de L. e. Concepções e práticas de educação em Minas Gerais colonial: reflexões com base em fontes de pesquisa. *In*: FONSECA, T. N. de L. e (Org.). CARVALHO, C. H. de; FARIA FILHO, L. M. de. (Coords.). **História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República**, v. 1: Colônia. Uberlândia: EDUFU, 2019. p. 23-54.

FROTA, J. A. S. **Letramento acadêmicos e o processo de representação do graduando em Letras na contemporaneidade**. (Dissertação) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), São José do Rio Preto, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/110995>. Acesso em: 2 out. 2022.

LARANJEIRA, V. P.; SILVA, V. L. R da. O estágio curricular supervisionado na formação inicial de professores: o que dizem pesquisas sobre a temática? **Revista Prática Docente**. V.8, n. 1, e23028, 2023. Disponível em: <http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/173>. Acesso em: 25 mar. 2023.

LOPES, R. G. S. **Mudanças no letramento acadêmico de cursistas do ProLetras: questões de linguagem e identidade**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22154>. Acesso em: 15 out. 2022.

MACEDO, M. S. G. **Leitura e formação docente: contribuições da prática de leitura para a formação do profissional de letras**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) -

Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4983>. Acesso em: 4 out. 2022.

MENEZES, C. C. O.; SILVA, V. L. R. Formação continuada de professores da educação básica a luz do estado do conhecimento. **Revista: Humanidades e Inovação**. v. 8, n. 55, p. 41-54. 2021.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul/dez. 2014.

MOURA, A. A. V. de; MARTINS, L. R. A mediação da Leitura: do projeto à sala de aula. In: BORTONI-RICARDO, Stella M. **Leitura e mediação pedagógica**. São Paulo: Parábola, 2012.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PISA BRASIL. **Relatório Brasil no Pisa 2018**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/baixo-indice-de-leitura-entre-jovens-brasileiros-pode-indicar-futuro-de-dificuldades/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PRADO, G.V. T.; SOLIGO, R. **Porque escrever é fazer história**. Campinas/SP: Graf. FE, 2005.

PRADO. D. F. **Representações de escrita acadêmica na (trans)formação de professores de um curso de Letras**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_DanielaDeFariaPrado_1457.pdf Acesso em: 7 out. 2022.

PRIMEIRAS LETRAS. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/482/A-lei-de-15-de-outubro-de-1827#:~:text=A%20primeira%20contribuiu%20a%20a%20Lei,mais%20gerais%20de%20geometria%20pr%C3%A9tica>. Acesso em: 30 jan. 2023.

RAZZINI, M. de P. G. História da Disciplina Português na Escola Secundária Brasileira. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 4, p. 43-58, 2010.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 79-94.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira** - A organização escolar 17. ed. Campinas, Editora Autores Associados, 2001.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHRÖDER, M. O ensino da língua portuguesa nas páginas do livro didático. **Revista Trama**. V. 9, p. 193-208, 2013.

SECO, A. P.; AMARAL, T. C. I. do. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. Campinas: Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (**HISTEDBR**). Coleção “Navegando pela História da Educação Brasileira” - 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/marques-de-pombal-e-a-reforma-educacional-brasileira>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SILVA, E. T. da. **Leitura em curso**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SILVA, S. F. da. **Leitura e escrita: práticas significativas para a vida**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27773>. Acesso em: 15 set. 2022.

SOARES, M. **Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE)**. Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/alfabetizacao> Acesso: 10 de dezembro de 2022.

STREET, B. V. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acadêmicos. **Perspectiva**, Florianópolis, v.28, n.2, p.541-567. jul./dez.2010.

VIEIRA, Z. P. P. **Cartilhas de alfabetização no Brasil: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita**. 2017. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/09/Tese-Zeneide-Paiva-Pereira-Vieira.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

VILAS BOAS, F. S. DE O. **A constituição do professor leitor: histórias de leitura na formação inicial de professores de língua portuguesa**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24869>. Acesso em: 8 set. 2022.

Recebido para publicação em: 25 abr. 2023.

Aceito para publicação em: 10 set. 2023.